



Comissão Nacional Justiça e Paz

Religiões pela Paz

Na construção da paz, as religiões não são parte do problema, mas parte da solução

NOTA DA COMISSÃO NACIONAL JUSTIÇA E PAZ.

A Comissão Nacional Justiça e Paz quer assinalar a realização do encontro inter-religioso de Assis, no trigésimo aniversário do primeiro destes encontros que foi devido à iniciativa profética de São João Paulo II.

Quando se difunde a tese do “choque de civilizações”, no qual as religiões teriam um papel como fonte de divisões e conflitos, é importante sublinhar que estas, quando vividas na sua pureza e autenticidade, não são fonte de conflito e de ódio, mas de paz e de unidade.

Não podemos ignorar um passado, e um presente, de guerras e conflitos com motivações religiosas, ou – talvez até com maior frequência – onde estas motivações servem de pretexto (com uso do «nome de Deus em vão») que encobre a sede de poder ou outro tipo de motivações. Todas as religiões deveriam, a este respeito, proceder a uma salutar auto-crítica.

Mas os encontros de Assis são um sinal de uma outra era que começa, um sinal de que não é esse o destino futuro da humanidade, de que este não tem que ser marcado pelo “choque de civilizações”.

Nas religiões a maioria dos seres humanos encontra a motivação mais profunda que dá sentido às suas vidas, muitas vezes feridas. Nelas muitos povos encontram um elemento decisivo de identidade cultural e coesão social. Quando não deturpadas, podem desencadear o melhor das energias humanas.

Num mundo globalizado, em que cada vez mais conviverão lado a lado pessoas de diferentes culturas e religiões, a força incomparável que têm as religiões na vida das pessoas e dos povos pode, e deve, ser canalizada em função do diálogo, da harmonia social, da justiça e da paz. Na construção da paz, as religiões não são parte do problema, mas parte da solução.

Fazemos nosso o apelo dos representantes de várias religiões presentes no encontro de Assis: «que sejam eliminados os motivos das guerras: a ambição do poder e do dinheiro, a ganância de quem trafica armas, os interesses de parte, as vinganças pelo passado»; «que cresça o esforço concreto por remover as causas subjacentes aos conflitos: as situações de pobreza, injustiça e desigualdade, a exploração e o desprezo da vida humana»; e que se abra, «finalmente, um tempo novo, em que o mundo globalizado se torne uma família de povos».

Lisboa, 20 de setembro de 2016